



CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
GONDOMAR

11. JUN 2014

149  
P661

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO RISCO DE CORRUPÇÃO E  
INFRAÇÕES CONEXAS - PROPOSTA

Presente à consideração da Câmara, a proposta que adiante segue, sobre o assunto  
identificado em epígrafe, apresentada pela Vereadora Senhora Dr.<sup>a</sup> Aurora Vieira.

A Câmara, ciente da proposta anexa e depois de se certificar que é competente para  
conhecer da questão, deliberou, por *quórum a favor a proposta anexa.*

*Abstive-se o Vereador Senhor Dr. Joaquim Barbosa*

11. JUN 2014

Gondomar

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

## Proposta

### Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo risco de corrupção e infrações conexas

#### **Considerando que,**

*A gestão do risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às actividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse coletivo. É uma actividade que envolve a gestão, stricto sensu, a identificação de riscos iminentes a qualquer actividade, a sua análise metódica, e, por fim, a propositura de medidas que possam obstaculizar eventuais comportamentos desviantes. (in ANMP)*

- A necessidade efetiva e percebida de transparência no exercício de cargos e funções públicas como condição do reconhecimento da democracia e de cidadania.
- O fenómeno da corrupção constitui violação da prossecução do interesse público e constitui crime legalmente punível.
- A legislação vigente não propicia forma fácil, clara e simples de decisão e informação, sendo burocratizada, complexa, desarticulada e vasta, conduzindo a risco de decisão, de gestão e dificuldades de informação.
- Se tornam necessários planos de intervenção para a redução de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, no sentido de minimizar erros e dificuldades.
- A recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, que aprova a recomendação de que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, elaborem planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.
- Estamos perante um novo mandato o que implicou uma análise, revisão e adequação do plano existente.
- Foram tomadas medidas de monitorização do plano de riscos em vigor ( OS de 18/4, publicação e divulgação públicas de detentores de cargos políticos e gabinetes, entre outros).

151  
1066

- A entrada em vigor da estrutura e organização dos Serviços do Município de Gondomar, despacho nº 3654-A/14.

-A gestão de risco é uma responsabilidade de todos, responsáveis políticos, membros dos órgãos, dirigentes, trabalhadores, é uma responsabilidade social da organização,

Compete à Câmara Municipal exercer as demais competências legalmente conferidas pelo que se torna necessário, nesta matéria, não só acolher e adequar a Recomendação do Conselho de Prevenção de Corrupção como alargá-la a todo o risco de gestão, como instrumento indispensável à boa gestão e administração pública na prossecução do interesse público e da transparência.

Face ao exposto, e considerando os documentos anexos, propõe-se que a Exma. Câmara delibere:

Aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo risco de corrupção e infrações conexas.

Paços do Concelho, 5 de junho de 2014.

A Vereadora,

  
(Dra. Aurora Vieira)

11. JUN 2014

152  
Hélio  
ll



# GONDOMAR

---

*é D'ouro*

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

PLANO DE  
PREVENÇÃO  
de  
RISCO de GESTÃO,  
Incluindo risco de corrupção  
e  
Infrações conexas

11. JUN 2014

153  
11/06/2014

# **PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS, INCLUINDO O RISCO DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS**

**MUNICÍPIO DE GONDOMAR  
2014**

11. JUN 2014

154  
Pelo  
1

## ÍNDICE

	Páginas
Introdução.....	1
Compromisso ético.....	6
Organograma e Identificação dos Responsáveis.....	10
Controlo e Monitorização.....	18
Conclusão.....	19
Anexos.....	1-A

11. JUN 2014

155  
10/06/14

## I - INTRODUÇÃO

A gestão de riscos é uma atividade de carácter transversal que obriga a organização como um todo e se constitui como garante de boa gestão e administração pública e de transparência.

A gestão de risco aparece muito associada à gestão de risco de corrupção e infrações conexas, que se constitui como uma parte relevante, mas é mais ampla no sentido de que é um requisito essencial ao funcionamento das organizações e um instrumento imprescindível à Boa Gestão, fundamental no desenvolvimento da economia e normal funcionamento das Instituições e sobretudo na relação que se estabelece entre a Administração e os Cidadãos.

A gestão de riscos constitui-se, assim, como ação com o objetivo de salvaguardar aspetos indispensáveis da tomada de decisão, garantido que se verificam as normas e legislação em vigor, visando ainda a proteção de cada interveniente em salvaguarda do interesse coletivo.

Envolve uma análise metódica da organização, a identificação de pontos fracos e fortes na probabilidade de riscos e a instituição de planos de prevenção e ação.

Dos riscos associados à gestão da causa pública, a corrupção é hoje identificada como fator relevante de impedimento ao desenvolvimento das sociedades e é considerada crime em muitos países, como é o caso de Portugal.

Como afirma a Comissária Europeia Cecilia Mamström *"a corrupção mina a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e no Estado de Direito, prejudica a economia europeia e priva os Estados de receitas fiscais urgentemente necessitadas"*.

**Assim, é ao poder local, como o poder mais próximo dos cidadãos, na sua história de garante democrático e de proximidade, que compete ser o primeiro patamar de transparência.**

Considerando como significância linguística de corrupção, *o ato ou efeito de se corromper, oferecer algo para obter vantagem em negociata onde se favorece uma pessoa e se prejudica outra. Corrupção, vem do latim "corruptus", que significa "quebrado em pedaços". Corrupção, é considerada como tirar vantagem do poder atribuído.*

11. JUN 2014

156  
V. Cui  
11

Segundo Calil Simão, é pressuposto necessário para a instalação da corrupção, a ausência de interesse ou compromisso com o bem comum;

*A corrupção social ou estatal é caracterizada pela incapacidade moral dos cidadãos de assumir compromissos voltados ao bem comum. Vale dizer, os cidadãos mostram-se incapazes de fazer coisas que não lhes tragam uma gratificação pessoal.*

Os fenómenos de corrupção podem assumir diversas formas e ocorrer em diversificadas circunstâncias. A corrupção assume diversas formas, ativa, passiva, preditiva, lateral e pode ocorrer em diversificadas situações sendo muito destacada a política.

A **corrupção política** é o uso das competências legisladas por funcionários ou agentes dos governos para fins privados ilegítimos, corresponde "ao uso do poder público para proveito, promoção ou prestígio particular, ou em benefício de um grupo ou classe, de forma que constitua violação da lei ou de padrões de elevada conduta moral", segundo o mesmo autor.

Numa primeira leitura o verbo "corromper", tem um sentido mais amplo que a prática pura e simples de corrupção política, significa a transformação - danosa para a sociedade - da personalidade da pessoa ancorada na posição de exercer poder sobre os demais cidadãos. Uma frase sobejamente conhecida e usada de Lord Acton é a de que "o poder tende a corromper - e o poder absoluto corrompe absolutamente".

Os atuais conceitos de teoria política tentam encontrar o equilíbrio entre a liberdade do indivíduo e a organização da sociedade donde sobressai o controlo das organizações por pessoas, e em particular por uma pessoa, sobre os demais. O desequilíbrio do poder de posição entre os detentores de funções públicas e o público individual e as crises socioeconómicas e sociais que as sociedades democráticas estão a atravessar resultam em descrença e acusações sobre a transparência do exercício de funções públicas, em particular sobre os políticos, que a todos é exigível alterar.

NAS (NAS et al, 1986) divide as causas da corrupção em "causas derivadas de características pessoais" e em "influências estruturais".



11. JUN 2014

15 f  
M. G. A.  
A

No que se refere às influências estruturais, estas podem ainda ser divididas em capacidade e qualidade do envolvimento dos cidadãos (que mais tarde Putnam denominou de capital social) e os efeitos do sistema judiciário e legal.

A definição da estrutura organizacional, dos seus fluxos de funcionamento, comunicação e monitorização são, assim, cruciais para o controle das possíveis condições pessoais de atuação e fator crítico de sucesso do garante da prevenção de riscos e da perceção de transparência pelos cidadãos.

Há, no entanto, que salientar, em prol da salvaguarda da democracia, que o principal fator favorável à corrupção é o regime de governo em que não há democracia, isto é, o regime ditatorial ou autoritário em que as estruturas governamentais de tomada de decisão concentram o poder de decisão em poucas pessoas.

A lisura e correção de ação foi um dos compromissos assumidos com a população pelo Executivo Municipal, na sua dupla condição de garante do seu bom nome e de restaurar a confiança dos cidadãos.

Atendendo a estes fatores impõe-se ao Município de Gondomar adotar um Plano Prevenção de Gestão de Riscos, incluindo o risco de corrupção e infrações conexas, instituindo mecanismos organizacionais, estruturais e normativos que garantam o seu controle pelos cidadãos e que se constituem como indicadores percebidos da transparência da ação dos intervenientes e responsáveis.

Desde o início de mandato que o executivo Camarário pugnou a sua em ação concreta por critérios orientadores de transparência e acesso. Desde logo pelo recurso às tecnologias da informação e comunicação, divulgando decisões e informação sobre gabinetes e sua constituição, valorização dos Órgãos autárquicos e dos detentores dos seus cargos no acesso a informação e comunicação e envolvimento no processo de tomada de decisão.

A reestruturação orgânica efetuada no Município de Gondomar correspondeu não só a uma mudança estrutural da organização, e, obviamente, dos seus responsáveis como a uma mudança de clima organizacional.

11. JUN 2014

158  
P. Cu  
[Signature]

Com a entrada em vigor da nova Estrutura de Organização dos Serviços do Município, conforme consta do despacho nº 3654-A714 de 7/3, ficam reunidas as condições para, nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, elaborar o Plano de Prevenção de Gestão de Riscos, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, adequado à realidade contextual da gestão municipal atual.

Considerando que no que respeita à Administração Pública, em geral e muito particularmente à Administração Autárquica, tem havido uma forte tendência, nas últimas décadas, da “abertura” às populações, de divulgação de informação à participação dos cidadãos, por força de normas e da lei mas também pela necessidade de garantir de forma efetiva o direito à informação dos administrados.

Com efeito, exige-se hoje não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos. ( in ANMP)

Um Plano deste tipo visa estabelecer diretrizes sobre a prevenção de riscos de gestão, garantindo o controlo dos processos e procedimentos com vista a um efetivo e eficaz cumprimento dos objetivos da Autarquia na prossecução da sua da Missão e de garantia do interesse público.

Considerando como controle, genericamente falando, é uma ação tomada com o propósito de certificar-se de que algo se cumpra de acordo com o que foi planeado e que Objetivo é o que se deseja alcançar tal como definido no planeamento então o Risco é qualquer evento que possa impedir ou dificultar o alcance de um objetivo. O Controlo, portanto, só tem significado e relevância quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido e só faz sentido se houver riscos de que esse objetivo não venha a ser alcançado.

Torna-se, assim, necessário estabelecer um conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas e políticas públicas, bem como evidenciar a sua legalidade e razoabilidade, avaliar os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.

11. JUN 2014

159  
Pleu  
l

Há ainda que considerar o contexto interno, para o qual o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas se constitui como a linha orientadora para a prevenção e para a monitorização das ações dos agentes da administração municipal e o contexto externo do papel da sociedade civil e dos cidadãos no âmbito do relacionamento da Administração com os Cidadãos.

Há assim, concomitantemente com o controlo interno a necessidade de promover um maior envolvimento e participação dos cidadãos.

Nesse sentido e, para além das normas legais aplicáveis, no âmbito das relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os funcionários e demais colaboradores do Município, bem como no seu contato com as populações, é assumido aqui um compromisso ético de governança pública e de garantia democrática e cívica.

O Executivo Municipal estabelece para com a Câmara Municipal e para com os Cidadãos um compromisso ético de exercício e gestão.

11. JUN 2014

160  
P. G. P.  
l

## **II - COMPROMISSO ÉTICO**

Considerando desde logo a relevância do cumprimento dos compromissos, como um primeiro passo para a instauração da confiança, assume-se aqui e agora, ao apresentar este plano de ação, o compromisso ético de responsabilidade social pela integridade e transparência.

Este compromisso ético assenta nos pilares da Transparência, Responsabilidade, Equidade e Controle Social.

O imperativo fundamental da Ética da Administração Pública radica no próprio carácter das organizações públicas que estão ao serviço do interesse geral, do interesse público, do bem comum e não ao serviço de interesses particulares ou de grupo.

O "compromisso fundamental assumido por um indivíduo que é admitido numa organização pública é o de orientar as suas ações para o bem público, visto que o núcleo da sua atividade consiste em contribuir para alcançar os fins da administração pública" (Izquiero:1997:319). A Ética é "o processo pelo qual se clarifica aquilo que é certo e aquilo que é errado e se age de acordo com o que é certo" (Denhart:1995:108).

A Ética é um convite à liberdade e responsabilidade das pessoas, aprende-se e é transmitida pela cultura e pelo clima da organização. O compromisso ético é, desde logo, um compromisso pessoal, de cada um, dos responsáveis consigo e com os outros, criando um compromisso coletivo de Ética e Transparência.

A Carta Ética da Administração Pública, que contém dez princípios, norteia este compromisso ora assumido, nomeadamente:

### **Princípio do Serviço Público**

Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;

### **Princípio da Legalidade**

Os funcionários atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a Lei e o Direito;

11. JUN 2014

16/06/2014

### **Princípio da Justiça e da Imparcialidade**

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;

### **Princípio da Igualdade**

Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social;

### **Princípio da Proporcionalidade**

Os funcionários, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa;

### **Princípio da Colaboração e da Boa-fé**

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa;

### **Princípio da Informação e da Qualidade**

Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

### **Princípio da Lealdade**

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;

### **Princípio da Integridade**

Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de caráter;

### **Princípio da Competência e Responsabilidade**

Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

11. JUN 2014

162  
B. Cu  


Assume-se aqui também um compromisso global de um GONDOMAR mais Transparente com a adoção de

### **10 compromissos éticos de Boa Governação Municipal:**

- 1- Sensibilizar os cidadãos em geral para o exercício de controlo social da gestão pública;
- 2- Desburocratizar e simplificar procedimentos;
- 3- Proceder à divulgação de informação atinente à gestão municipal, considerando, em particular, os itens constantes da matriz de avaliação dos indicadores de transparência;
- 4- Adotar boas práticas de transparência e visibilidade dos processos públicos;
- 5- Efetuar e divulgar o mapeamento preventivo de riscos de corrupção e infrações conexas;
- 6- Fortalecer o controlo interno, melhorando, criando e avaliando planos setoriais de gestão de riscos de corrupção;
- 7- Promover uma cultura organizacional de responsabilidade e observação estrita de regras éticas e deontológicas, criando a carta de compromisso ético para os funcionários municipais;
- 8- Garantir transparência da gestão e da boa gestão pública;
- 9- Propiciar o acesso público e tempestivo a informações públicas, corretas e completas;
- 10- Desenvolver práticas e sistemas de gestão que incentivem e promovam as relações de confiança.

Em síntese, o exercício deste mandato autárquico estabeleceu como um dos seus objetivos, atingir elevados padrões de desempenho, encontrando-se já consignados em decisões, deliberações e ações no sentido pragmático de passar do plano das “boas intenções” para o reconhecimento e confiança pelo exemplo da ação assente em valores democráticos, de participação e transparência e em princípios da seriedade, competência e dignidade.

Promover a transparência é dar condições de acesso a toda a informação sobre a gestão pública proporcionando condições para valorizar os princípios da democracia participativa.

Foram já dados passos neste sentido considerando as decisões que permitiram já a, entre outras;

11. JUN 2014

163  
P. G. G.

- Disponibilização de informação e acesso aos eleitos;
- Disponibilização de informação de acesso a decisões;
- Tramitação documental com recurso a tecnologias de informação;
- Reorganização da estrutura funcional e organizacional do Município, onde se destaca a criação do Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização, e dos Gabinetes da Cidadania, e do apoio ao Associativismo;
- Aprovação do projeto do Orçamento Participativo.

Pretende-se que o compromisso ético político seja a alavanca do compromisso de cada um com uma organização verdadeiramente transparente e aberta aos Cidadãos, evidencie, envolva e valorize, pelo bom exemplo, a prestação de trabalho dos funcionários da Administração Local do Município e garanta a prestação de um serviço público transparente, ao alcance de todos e de qualidade.

11. JUN 2014

164  
P. Gu

### **III - ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS** **IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

**Presidente da Câmara Municipal – Marco André dos Santos Martins Lopes**  
**Pelouros**

Estudos Estratégicos  
Proteção Civil e Segurança  
Mobilidade  
Obras Municipais  
Ação Social  
Habitação

**Vereadores**  
**Vice – Presidente - Luís Filipe Castro de Araújo**  
**Pelouros**

Planeamento e Ordenamento do Território  
Urbanismo e Obras Particulares  
Cultura  
Departamento Jurídico

**Maria Aurora Moura Vieira**  
**Pelouros**

Apoio ao Presidente  
Desenvolvimento do Potencial Humano (Educação, Emprego, Formação e Saúde)  
Cidadania e Participação  
Atendimento Municipal e Modernização Administrativa

**Carlos Alberto Silva Brás**  
**Pelouros**

Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo  
Turismo  
Comunicação  
Finanças e Contabilidade  
Património



11. JUN 2014

165  
Pela

**José Fernando da Silva Moreira**

**Pelouros**

Ambiente e Serviços Urbanos

Feiras, Mercados e Eventos Promocionais

Zona Polis

Espaços Verdes

**Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão**

**Pelouros**

Desporto e Juventude

Recursos Humanos

Protocolo

**Helder Vasco dos Santos Figueiredo**

**Pelouro**

Tecnologias da Informação e Comunicação

**Maria João Marinho**

**Rui Ferreira de Espinheira Quelhas**

**Rosalina Sofia Neves Martins**

**Joaquim dos Santos Barbosa**

#### **Gabinete de Apoio à Presidencia**

**Chefe de Gabinete**

Mónica Alexandra Rodrigues Amaral Antunes

**Adjunta**

Cláudia Manuela Ramos Vieira

**Secretário**

José Carlos Fernandes Madureira da Rocha

#### **Gabinete de Apoio à Vereação**

**Adjuntos/as**

Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira ( Cultura)

Gilberto José Santos Fernandes ( Ambiente)

Luís Carlos Ferreira Campos Lobo ( Educação e Desporto)

Sílvia Alexandra Cardoso Pinto ( Desenvolvimento económico,  
Empreendedorismo e Turismo)

**Secretárias**

Ana Isabel da Cunha Torres

Ana Margarida de Castro e Sousa Amorim Bravo de Faria

11. JUN 2014

166  
Plau

## **Departamentos, Divisões e Gabinetes**

### **Divisão de Proteção Civil e Segurança**

Artur Manuel Gonçalves Magalhães Teixeira ( Chefe de Divisão )

#### **Serviço Municipal de Proteção Civil**

Teresa Neves

#### **Polícia Municipal**

Raquel Filipa Silva Ferreira

### **Gabinete dos Órgãos Autárquicos**

Maria do Céu Ferreira Santos

### **Gabinete de Estudos Estratégicos**

Paula Cristina Fontes Santos Mendes

### **Gabinete de Tecnologias da Informação**

Sara Maria Marques Roma

### **Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização**

Júlia Zélia de Freitas Ribeiro ( Chefe de Departamento )

#### **Gabinete de Cidadania**

Cláudia Alexandra Correia Santos Cardoso Sousa

### **Departamento Jurídico e de Fiscalização**

Maria Laurinda Lobo Cerqueira ( Chefe de Departamento )

#### **Núcleo de Fiscalização**

José Luís Loureiro Vasconcelos

### **Departamento de Obras Municipais**

José Leonel Neves Teixeira Ramos ( Chefe de Departamento )

#### **Divisão Operacional de Administração Direta**

Mário Joaquim Ferreira Silva ( Chefe de Divisão )

#### **Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras**

José Diogo Moreira Ferreira da Silva ( Chefe de Divisão )

11. JUN 2014

167  
P66

**Departamento de planeamento, desenvolvimento estratégico e equipamentos**

José Cândido Barbosa Castelo Grande ( Chefe de Departamento )

**Gabinete de Planeamento e SIG**

Maria da Paz Teixeira Pinho Ferreira Dias

**Divisão de Aquisições e Contratação Pública**

Deolinda Manuela Madureira Ferreira Silva ( Chefe de Divisão )

**Setor do Equipamento**

**Oficinas**

Jorge Manuel Santos Cruz

**Parque Automóvel**

António Santos Silva

**Departamento de Urbanismo**

António José Sousa Barros ( Chefe de Departamento )

**Núcleo de Apoio Jurídico ao Urbanismo**

Manuel António Santos Pacheco

**Divisão de Recursos Humanos**

**Núcleo de Gestão de Recursos Humanos**

Maria Isabel Gonçalves Araújo Aguiar Pereira

**Gabinete de metodologias de recrutamento e seleção**

Cecília Elisabete Santos Cruz Silva

**Divisão de Juventude e Tempos Livres**

**Gabinete de Gestão das Casas de Juventude**

Hugo Miguel Dias Raimundo

**Gabinete de dinamização da Juventude e tempos livres**

Liliana Miguel Pires

**Divisão de Espaços Públicos e dinamização**

Flávia Cristina Oliveira Castro Santos ( Chefe de Divisão )

**Gabinete de Mercados e Feiras e eventos promocionais**

José Paulo Sousa Pacheco

**Gabinete de Metrologia**

António Fernando Lima Moura Silva

**Divisão de Desenvolvimento Ambiental**

José Ferreira Dias ( Chefe de Divisão )

**Divisão de Educação formação e Emprego**

**Gabinete de Gestão de Equipamentos e Recursos**

Eduardo Camello Martins

**Gabinete de Formação e Emprego**

Maria do Sameiro Moura

**Divisão de Intervenção Educacional e Saúde**

**Gabinete de Intervenção Social Escolar**

11. JUN 2014

168  
Heli

Elisa Cristina Silva Pinto Rodrigues  
**Gabinete de Educação Ambiental e Saúde**  
Cláudia Sofia Costa Oliveira

**Divisão de Habitação Social**

Carlota Ferreira Brás César Teixeira ( Chefe de Divisão )  
**Gabinete de Gestão e manutenção dos imóveis sociais**  
Pedro António Araújo Roseira  
**Gabinete de Acompanhamento e Gestão Social**  
Diana Maria Marques Gomes Silva

**Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos**

**Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos**  
Mário Jorge Santos Silva Oliveira  
**Gabinete de gestão de pavilhões e espaços desportivos**  
Fernando Jorge Silva Cardoso

**Divisão Financeira e Contabilidade**

Anabela Maria Freire de Sousa ( Chefe de Divisão )  
Setor do Património  
Miquelina Rosa Martins ferreira

**Divisão de Desenvolvimento Social**

Joana Filipa Ferreira Costa Meneses ( Chefe de Divisão )  
**Gabinete da Rede Social**  
Joana Filipa Pires Silva  
**Gabinete de Gestão de Projetos**  
Helena Isabel Sousa Loureiro

**Divisão da Cultura**

NOTA: Exercício de funções em regime de substituição, até colocação por processo concursal.

**IV - CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO**

11. JUN 2014

169  
Heu

A planificação estratégica implica vários passos, desde o conhecimento da história da organização passando pelo contexto do seu presente até à planificação em si como prospetiva do futuro que se pretende. Assim, um plano de intervenção estratégica, como este Plano de prevenção de risco de Gestão, incluindo o risco de corrupção e infrações conexas, é uma proposta de trabalho e orientação dinâmica e em constante aperfeiçoamento. A própria dinâmica de intervenção e envolvimento dos funcionários será motor de melhoria, o ritmo de mudança será a determinada pelo andamento de execução e melhoria e seu impacto na variação de grau de risco associado cada setor. O Plano será alvo de análise e adequação, pelo menos anualmente, em função do relatório global anual, sem prejuízo de qualquer outra alteração considerada pertinente.

A implementação do Plano, o Município de Gondomar, levará a que cada unidade orgânica se pronuncie e envolva na análise setorial do plano, indicando os riscos inerentes ao exercício da atividade, propondo as medidas a serem adotadas no sentido de minimizar a ocorrência de possibilidade de fraude, ilegalidade e erro garantindo a equidade e justiça. Serão realizadas reuniões com os dirigentes das várias unidades orgânicas a fim de agilizar a implementação e monitorizar o desenvolvimento da implementação do Plano.

As unidades orgânicas deverão elaborar relatórios trimestrais parcelar/ por setor, por cada responsável de Departamento, Divisão ou Gabinete, atendendo à estrutura orgânica atual e de acordo com as tabelas anexas ao presente Plano, para a elaboração de um relatório global anual.

Encontram-se, em anexo, os quadros que enquadram a análise de **áreas de risco**, Quadro 1, as **funções e responsabilidades**, Quadro 2, as **metodologias de atuação** a considerar e a **matriz de avaliação e graduação de risco**, Quadro 3.A e 3.B, um **guião para análise de critérios de risco**, Quadro 3.C, os **indicadores para graduação, gravidade de consequência** do risco e consequente **matriz de graduação de riscos**, Quadros 4.A, 4.B e 4.C, e os modelos para **quadros de plano de prevenção de risco de gestão e planos de avaliação e melhoria do desempenho** do Plano das páginas 1-A a 9-A.

11. JUN 2014

170  
P. Cui

A responsabilidade partilha-se mas não se enjeita ou delega pelo que, empenhados em tornar Gondomar um Município em que a transparência é um valor, as atividades desenvolvidas nas várias unidades orgânicas serão sempre acompanhada e de responsabilidade dos (as) Senhores/as Vereadores/as responsáveis e acompanhadas superiormente pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara.

11. JUN 2014

171  
Pleu

## ANEXO

### 1 -Áreas de Risco

Áreas com atendimento direto ou impacto público que propiciem com maior frequência a ocorrência de risco de desvio dos objetivos e atividades dos setores, incluindo o risco de corrupção e fatores conexos, e se possam constituir como fator crítico de insucesso no desenvolvimento da Missão Municipal e do seu impacto público.

**Quadro 1 - Identificação de áreas de risco**

Departamento	Divisão		Núcleo	Setor	Gabinete
Relacionamento com o cidadão e modernização administrativa				Atendimento	Associativismo
					Modernização Administrativa
Jurídico e de Fiscalização			Fiscalização		
Obras Municipais	Operacional e Administração Direta	Mobilidade, Trânsito e gestão de obras		Armazenamento	
Planeamento, Desenvolvimento estratégico e equipamentos	Desenvolvimento económico	Aquisições e contratação Pública		Equipamento	Empreendedorismo
Urbanismo	Gestão urbanística e obras particulares				
	Financeira e de contabilidade			Património	Contabilidade Tesouraria
	Recursos humanos		Gestão dos recursos humanos		Metodologia de recrutamento e seleção Cadastro e remunerações
	Juventude e Tempos Livres				Gestão das casas de Juventude Dinamização da Juventude e tempos livres
	Cultura				Programação e gestão de equipamentos
	Educação, Formação e Emprego				Gestão de equipamentos e recursos
	Intervenção Educacional e Saúde				Intervenção Social escolar

	Habitação Social			Gestão e manutenção dos imóveis sociais
				Acompanhamento e gestão social
	Desporto e gestão de equipamentos	Gestão de equipamentos desportivos		Gestão de pavilhões e espaços desportivos
				Gestão de piscinas municipais
	Desenvolvimento Social			Rede Social
				Desenvolvimento e intervenção comunitária
				Gestão de projetos
	Desenvolvimento Ambiental		Gestão de resíduos e serviços	Ruído

## 2 -Funções e Responsabilidades

Quadro 2- Identificação de funções e responsabilidades

Gestão de Riscos	
Responsável	Função e Responsabilidade
Vereador responsável pelo Departamento de relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa	Gestor do Plano Estabelece a arquitetura e critérios de gestão de risco. Responsável pela sua monitorização, revisão e avaliação Responsável pela articulação, informação e comunicação com os responsáveis políticos
Dirigentes de Departamentos e Divisões	Gestores dos planos atinentes Responsáveis pela organização, aplicação, acompanhamento, monitorização e avaliação Responsáveis pela articulação, informação e comunicação com os funcionários do setor e o responsável máximo do setor e pela elaboração de relatórios trimestrais de monitorização e avaliação Responder pela eficácia das medidas de controlo de risco nos seus setores
GAP e GAV	Acompanhar e monitorizar a execução do plano de controlo de risco nos departamentos e divisões adstritos Acompanhar a avaliação dos relatórios trimestrais respetivos e elaborar o relatório anual respetivo Apoio à consolidação e revisão do Plano Responsáveis pela articulação, informação e comunicação aos responsáveis políticos respetivos

NOTA: a título de exemplo



### 3- Metodologias de Atuação

#### Quadro 3.A- Medidas e tipologia

Medidas	Tipologia
Evitar	Eliminando a causa
Prevenir	Criar condições para minimizar a frequência e impacto
Aceitar	Não aplicável
Transferir	Atuar e modificar

#### Quadro 3.B-Matriz de avaliação e graduação de risco

<b>Medida</b> <b>Grau</b>	<b>Aceitar</b> <b>Prevenir</b>	<b>Transferir</b> <b>Prevenir</b>	<b>Evitar</b> <b>Transferir</b>
<b>Probabilidade</b> <b>Gravidade</b>	<b>Baixa</b>	<b>Média</b>	<b>Alta</b>
<b>Alta</b>	moderado	elevado	elevado
<b>Média</b>	fraco	moderado	elevado
<b>Baixa</b>	fraco	fraco	moderado

#### Quadro 3. C- Guião de apoio à análise de risco

Metodologia de análise de risco		
Itinerário de análise	Critérios	Questões
Definição do contexto	Estratégico Operacional	<b>Organização;</b> Objetivos e Missão  Áreas de atividade Caraterísticas e estrutura
Identificação do risco	Data Área Descrição	<b>O que pode ocorrer;</b> Como e quando Oportunidade de aperfeiçoamento e melhoria
Análise de risco	Probabilidade da gravidade da consequência	<b>Risco de ocorrência;</b> Quais as causas e os efeitos Risco estratégico ou operacional Estratégia e ações para redução de risco
Avaliação e graduação de risco	Elevado Moderado Fraco	Quais as opções de gestão de risco? Quais os custos das medidas de gestão de risco Quais as ações que podem aumentar/reduzir o risco e o seu grau de eficiência Quantificação do

11. JUN 2014

*Handwritten signatures and initials*

		custo/benefício
Gestão e controlo de risco	Evitar Prevenir Transferir Aceitar	Avaliação do plano de alteração da ação geradora de risco Redução de danos, controle e redução de probabilidade de ocorrência e de consequências O efeito do risco diminui se a ação for transferida? Qual o aperfeiçoamento /melhoria a realizar
Acompanhamento, avaliação e atualização do Plano	Anual Trimestral	Período de acompanhamento da avaliação do risco de ocorrências e do seu impacto Eficácia da revisão de risco Variação /diminuição do grau e prioridade de grau de risco
Comunicação e Consulta Interna e Externa	Informação Relatório Inquéritos	Quem é afetado, quem necessita e quem deve ter a informação, interna e externamente. Pontos fortes e fracos identificados, estratégias de aperfeiçoamento e melhoria Inquéritos de opinião Divulgação pública por via das TIC

#### 4- Graduação de risco

##### Quadro 4.A – Descrição do Grau de Probabilidade de Ocorrência

Probabilidade de ocorrência		
1	Inexistente	
2	Baixa	1 a 5 vezes por ano
3	Média	5 a 10 vezes por mês
4	Alta	1 a 5 vezes por semana

##### Quadro 4.B – Descrição do Grau de Gravidade da Consequência

Gravidade da consequência		
1	Inexistente	Não tem impacto no desempenho da organização
1	Baixa	Afeta os procedimentos sem impacto significativo no desempenho da organização
2	Média	Afeta o desempenho da organização obrigando a reorganização de processos e procedimentos
3	Alta	Afeta significativamente o desempenho, a imagem e reputação da organização

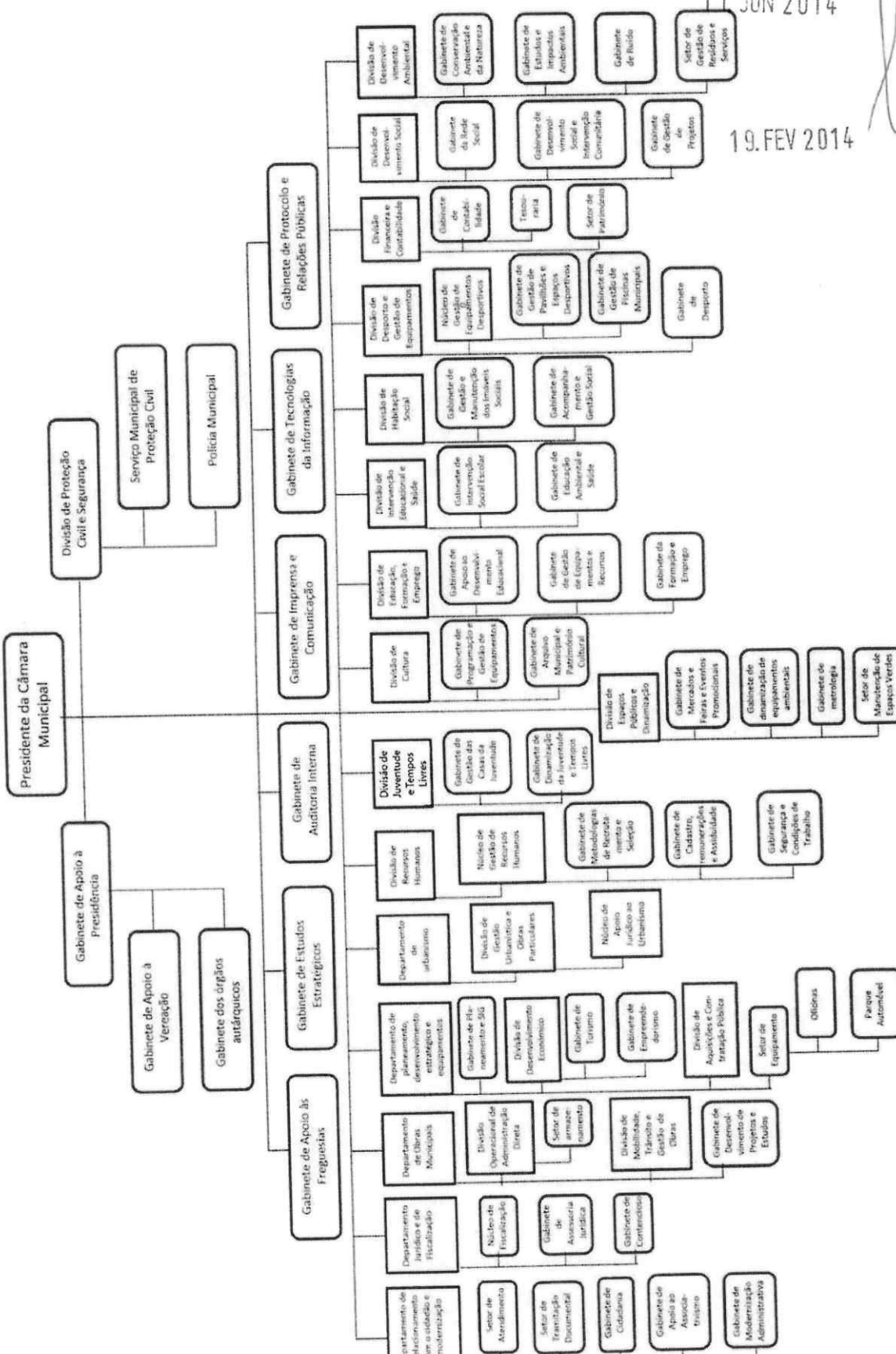
##### Quadro 4.C--Matriz de Graduação de Risco (GR)

175  
P. C.

Matriz de Graduação de Risco (GR)					
PO	3	NS	S	S	S
	2	NS	S	S	S
	2	NS	S	S	S
	1	NS	NS	NS	S
		1	2	3	4
		GC			

[illegible]

ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR



11 JUN 2014

19.FEV 2014

196 196  
196 196